



2.ª Edição, número 4, abril de 2022



EDITORIAL

A UGT desde sempre defendeu a promoção da **sustentabilidade ambiental**.

Juntamente com o movimento sindical europeu, a UGT pugna pela concretização de um acordo climático ambicioso que inclua uma **transição justa para todos os trabalhadores e trabalhadoras**.

A UGT partilha das palavras do Secretário-geral da ONU que afirmou estar “fortemente empenhado em trabalhar com todos os Governos e parceiros para reunir opiniões divergentes e criar uma visão comum sobre a forma como abordar as mudanças climáticas”.

Para a UGT a avaliação dos impactos socio-económicos das alterações climáticas e toda a adaptação dos setores produtivos à criação de “empregos verdes” deverão ser acompanhadas por um empenhado diálogo social a nível internacional, europeu e nacional.

Exige-se transparência nos processos de decisão sempre que esteja em causa a compatibilidade do emprego e o meio ambiente.

É certo que o combate contra as mudanças climáticas é um dos principais desafios do planeta. O objetivo é alcançar uma economia neutra do ponto de vista climático até 2050 para minimizar as suas consequências negativas.

A transição para este modelo implicará alterações estruturais com um forte impacto sobre determinadas regiões, áreas e grupos sociais. Todos seremos afetados pela transição para uma economia neutra do ponto de vista climático.

A transição para as energias renováveis não deve gerar novas formas de pobreza e desigualdade, pelo que é fundamental que a descarbonização signifique um progresso para todos.

A UGT, acérrima defensora da promoção do diálogo social, enfatiza que os trabalhadores portugueses e seus representantes têm de ser envolvidos na operacionalização do Plano de Transição Justa Português, não podendo o mundo do trabalho ficar secundarizado.

Assim, exigimos que nos processos de transição, se antecipem os impactos no mercado de trabalho e nos postos de trabalho, com uma verdadeira estratégia de adaptação e transição também dos postos de trabalho.

A existência de adequadas condições de trabalho, de acesso a formação profissional que reforce a empregabilidade, de apoios à reinserção no mercado de trabalho e de uma proteção social que garanta efetivamente o rendimento dos trabalhadores e dos seus agregados nas transições devem ser elementos dessa estratégia.

Ressaltamos ainda a necessidade de que, associada à transição ambiental como noutras áreas da política europeia, surja uma efetiva dimensão social, nomeadamente com elevados níveis de diálogo social.

Vanda Cruz

Secretária Executiva da UGT

Departamento de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável



EM DESTAQUE

Programa de Ação da UGT: AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. ASSEGURAR UMA TRANSIÇÃO JUSTA PARA OS TRABALHADORES.

As alterações climáticas configuram o grande desafio do século XXI, sendo Portugal dos países europeus com maior vulnerabilidade aos seus impactos, estando potencialmente sujeito a fenómenos como as secas, incêndios florestais, erosão costeira, cheias e inundações.

As alterações climáticas já tiveram e continuarão a ter efeitos prejudiciais na saúde humana, na segurança e saúde no trabalho e nas condições de trabalho. De acordo com o último relatório do PIAC – Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas - as condições de trabalho serão cada vez mais afetadas pelas significativas mudanças nos padrões meteorológicos, com o aumento da exposição a altas temperaturas no local de trabalho a exacerbar os riscos de insolação, desidratação, fadiga, falta de concentração e complicações nas doenças crónicas.

Tendo em conta os impactos negativos nos empregos e no mercado de trabalho, assim como as condições em que o trabalho é realizado, é fundamental que se mitiguem os mesmos. Há alguns setores específicos

que serão mais afetados, nomeadamente a agricultura e a floresta, mas também a pesca, a energia, construção, transportes ou turismo.

A probabilidade da ocorrência de eventos extremos pode afetar também o setor financeiro e a indústria transformadora, pela dependência direta face a sectores mais afetados. Passaram mais de 6 anos desde a assinatura histórica do Acordo de Paris, visando alcançar a descarbonização das economias mundiais.

O objetivo afirmado pelo Acordo de Paris foi reafirmado em Glasgow no ano passado. Em consonância com a assinatura, a União Europeia, procura ser o primeiro continente com impacto neutro no clima, através do Pacto Ecológico Europeu em que tenta transformar desafios em oportunidades, de uma União com uma economia moderna, eficiente no aproveitamento dos recursos e competitiva: em 2050 não haverá emissões líquidas de gases com efeito de estufa, o crescimento económico seja dissociado da exploração de recursos, reduzindo as emissões, em pelo menos 55% até 2030 em comparação com os níveis de 1990, e que ninguém em nenhuma região seja deixada para trás.

Assim, ao longo deste processo profundamente transformador e urgente da nossa sociedade, a CE solicitou aos Estados-membros a elaboração de Planos Nacionais de Energia e Clima (PNEC), visando garantir a transição energética e o cumprimento dos objetivos da redução das emissões de gases com efeito de estufa, tornando-se imperioso e urgente adotar medidas que contribuíssem para minimizar os impactos das alterações climáticas e garantir que o aquecimento global do planeta não atingisse os 2°C acima do nível do período pré-industrial.

Desde então, muitas estratégias e medidas complementares à prossecução deste objetivo, destinadas a proteger o ambiente e a impulsionar a economia verde, têm vindo a ser adotadas pela Comissão Europeia e pelos Estados-membros.

No entanto, os fundos comunitários para a Transição Justa, afetos a esta transformação económica e social premente, têm tido alguns entraves na sua consensualização ao nível europeu. A ideia da “Transição Justa” não é nova para o sindicalismo.

É uma exigência do movimento sindical desde há muito. A CSI já incluiu este conceito na sua declaração para a Conferência de Kyoto em 1998 e desde aí sucessivas resoluções e relatórios das Confederações Sindicais: CSI e CES têm tido esta abordagem no combate à emergência climática que ameaça o nosso planeta.

A UGT congratula-se com o facto de as centrais de carvão em Portugal terem sido encerradas, até mais cedo do que o previsto, contribuindo assim para uma redução de 17% das emissões de CO₂. Registámos igualmente, de forma muito positiva, o compromisso que o Governo assumiu na Central do Pego, garantindo o acesso à formação profissional de requalificação, cujo valor será complementado pelo Estado até perfazer 100% do salário.

A UGT tem defendido esta salvaguarda para os trabalhadores. Os setores que precisem de descontinuar as suas atividades dependentes de combustíveis fósseis terão fortes consequências socioeconómicas e aguardamos o resultado do estudo encomendado à OIT pelo Governo para avaliar o impacto das viaturas elétricas no mercado de trabalho em Portugal.

É igualmente imperioso que também seja garantida a promoção da equidade e da igualdade de oportunidades para os trabalhadores independentes, com políticas ativas de emprego dirigidas a estes trabalhadores nos setores em apreço para que a transição seja verdadeiramente justa, e que nenhum trabalhador fique para trás. No final de 2020, o Conselho da UE, o Parlamento Europeu e a Comissão chegaram a acordo sobre o texto de compromisso final do Regulamento do Fundo de Transição Justa, no valor global de 17.5 mil milhões de euros.

A UGT saudou este consenso e destacou que uma das premissas aprovadas refere que os Estados-membros devem em diálogo social e cooperação com as partes interessadas detalhar os respetivos Planos de Transição Justa de acordo com os Planos Nacionais de Energia e Clima (PNEC). A UGT, acérrima defensora da promoção do diálogo social enfatizou que os trabalhadores portugueses e seus representantes têm de ser envolvidos na operacionalização do Plano de Transição Justa Português, não podendo o mundo do trabalho ficar secundarizado.

O apoio ao emprego, a formação e requalificação dos trabalhadores tem de ser fortemente apoiado e acompanhada a mudança de emprego. A economia verde introduzirá novas tecnologias e processos construtivos no mundo do trabalho acompanhada das transformações que temos vivido neste momento atípico das nossas vidas, fruto da pandemia provocada pelo Sar-Cov-2.

Esta adaptação forçada, que todos tivemos de fazer, apenas acelerou algumas das medidas constantes nas estratégias e nos planos para a proteção do ambiente. Para que os empregos verdes sejam realmente sustentáveis, temos de garantir que proporcionam as condições de trabalho e que a segurança e saúde dos trabalhadores que neles desenvolvem atividade, seja devidamente assegurada.

Alertamos, desta forma, para os perigos que os trabalhadores dos empregos verdes poderão enfrentar, acrescentando aos riscos tradicionais a exposição a riscos profissionais ainda não conhecidos e identificados e avaliados.

É por este motivo, que é fundamental assegurar que os empregos verdes permitam a integração de estratégias de prevenção a montante, concebidas de forma a prever, identificar, avaliar e controlar os perigos e riscos destas atividades. Instrumentos de política como o Plano de Recuperação e Resiliência Português, no que concerne à Dimensão da Transição Climática, ou o Roteiro para a Neutralidade Carbónica Portugal abordam áreas como a mobilidade sustentável, a descarbonização da indústria, a bioeconomia sustentável, a eficiência energética em edifícios e as energias renováveis.

A UGT não pode deixar de destacar a importância do investimento futuro em formação e qualificação enquanto condição de sucesso em áreas que serão centrais para as condições de vida e de trabalho futuras e mesmo para o desempenho e sustentabilidade do nosso modelo económico futuro.

A UGT deve ainda realçar a necessidade de que, associada à transição ambiental como noutras áreas da política europeia, surja uma efetiva dimensão social, nomeadamente com elevados níveis de diálogo social. Tal continua preocupantemente arredado do espírito da UE e até ao nível nacional em alguns domínios, como se verifica ainda no âmbito da

primeira Lei da União Europeia em matéria de clima, que consagra na legislação o objetivo de neutralidade climática para 2050 e que deverá entrar em vigor no final de julho.

OBJETIVOS E PONTOS DE AÇÃO

a) Exigir a integração dos parceiros sociais nas discussões e conceções das ferramentas para a transição justa e, de forma geral, em matéria ambiental. 45 O conceito de “Transição Justa” para a UGT assenta na definição das linhas orientadoras definidas pela OIT – na adoção de políticas tem de ser garantido o direito à informação e à consulta dos trabalhadores e seus representantes no desenvolvimento de planos de adaptação dos locais de trabalho, no reforço da formação da qualificação e requalificação de trabalhadores.

A negociação coletiva e o diálogo social forte são condições para a melhoria sustentada das condições de trabalho. A UGT defenderá a sua integração no Conselho para a Ação Climática;

b) Defender a necessidade de uma dimensão social mais forte nas políticas do Pacto Ecológico Europeu, como via para o cumprimento do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e da Declaração do Porto.

A alteração de paradigma nas nossas sociedades pode e deve ser uma oportunidade para a criação de empregos de qualidade, condições de trabalho digno em todos os setores de atividade, para pôr termo às discriminações nos locais de trabalho, promover a igualdade de género e a democracia nos locais de trabalho, sobretudo nos setores mais abrangidos pela transição verde: construção civil, transportes, energias renováveis, hidrogénio verde, baterias, veículos elétricos, economia circular, eficiência energética.

c) Defender a prossecução da transição energética e dos processos de transição para energia limpa, não aceitando que a atual crise energética, provocada pela invasão da Ucrânia pela Rússia, origine retrocessos;

d) Exigir que, nos processos de transição, se antecipem os impactos no mercado de trabalho e nos postos de trabalho, com uma verdadeira estratégia de adaptação e transição também dos postos de trabalho.

A existência de adequadas condições de trabalho, de acesso a formação profissional que reforce a empregabilidade, de apoios à reinserção no mercado de trabalho e de uma proteção social que garanta efetivamente o rendimento dos trabalhadores e dos seus agregados nas transições devem ser elementos dessa estratégia.

Programa de Ação - 14.º Congresso da UGT

PARLAMENTO EUROPEU

Resolução do Parlamento Europeu, de 19 de maio de 2021, sobre os efeitos das alterações climáticas nos direitos humanos e o papel dos defensores do ambiente nesta matéria

No passado dia 19 de maio 2022, foi aprovada a **Resolução do Parlamento Europeu sobre os efeitos das alterações climáticas nos direitos humanos. Destacamos as seguintes disposições:**

- Considerando que todas as pessoas, comunidades locais ou populações têm o direito de exercer plenamente os seus direitos humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem;
- Considerando que os impactos das alterações climáticas e da contínua degradação ambiental dos recursos de água doce, dos ecossistemas e dos meios de subsistência das comunidades já afetam negativamente o exercício efetivo dos direitos humanos – incluindo os direitos à vida, à segurança alimentar, à água potável e ao saneamento, à saúde, à habitação, à autodeterminação, ao trabalho e ao desenvolvimento;
- Considerando que o combate às alterações climáticas levanta questões de justiça e de equidade, tanto a nível nacional e internacional como entre gerações;
- Considerando que a degradação ambiental, as alterações climáticas e o desenvolvimento não sustentável constituem algumas das ameaças mais prementes e graves à capacidade de as gerações atuais e futuras beneficiarem de múltiplos direitos humanos;
- Considerando que a abordagem das alterações climáticas na perspetiva dos direitos humanos destaca os princípios da universalidade e da não discriminação, salientando que os direitos são garantidos a todas as pessoas do mundo, incluindo os grupos vulneráveis e sem qualquer tipo de distinção, nomeadamente em razão da raça, cor da pele, sexo, língua, religião, convicção política ou outra, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou outra condição;
- Considerando que os governos, as empresas e os indivíduos têm uma responsabilidade ética e intergeracional de serem cada vez mais proativos em termos de política e cooperação, com o objetivo de chegar a acordo sobre normas internacionais, a fim de proteger e preservar o planeta para as gerações presentes e futuras, com vista a garantir o pleno exercício dos seus direitos humanos e atenuar os impactos negativos das alterações climáticas;
- Considerando que é amplamente reconhecido que as obrigações dos Estados em matéria de direitos humanos e as responsabilidades do setor privado na mesma matéria têm implicações específicas no que se refere às alterações climáticas;
- Considerando que o Acordo de Paris é o primeiro tratado internacional que reconhece explicitamente a relação entre a ação climática e os direitos humanos, permitindo assim a utilização de instrumentos jurídicos existentes em matéria de direitos humanos para exortar os Estados e as empresas privadas a reduzirem as emissões;
- Considerando que a justiça climática pretende enfrentar a crise climática com legislação no domínio dos direitos humanos para colmatar a lacuna em matéria de responsabilização existente na governação relativa ao clima, recorrendo a ações judiciais em matéria de alterações climáticas contra os Estados e as empresas para garantir a sua responsabilização pelas respetivas ações no contexto de uma preservação adequada da natureza e para permitir uma vida digna e saudável às gerações atuais e futuras;
- Considerando que vários processos judiciais pendentes estabeleceram a ocorrência de violações dos direitos humanos e abriram caminho a uma responsabilização na sequência de falhas ou inação por parte de pessoas, do Estados e de agentes empresariais na abordagem das consequências das alterações climáticas;

- Considerando que, devido ao aumento da concorrência pelos recursos naturais induzido pelas empresas privadas, por vezes com a cumplicidade dos governos, os defensores do ambiente e as comunidades indígenas se vêem obrigados a defender os seus territórios tradicionais, que estão na linha da frente da ação ambiental, tornando-os alvo de perseguições;
- Considerando que as consequências das alterações climáticas para os direitos humanos serão sentidas não só pelas pessoas mais vulneráveis mas também por toda a população mundial; considerando que as comunidades e países mais vulneráveis, que provocam menos poluição e destruição ambiental, são as mais afetadas pelas consequências diretas das alterações climáticas;
- Considerando que a justiça ambiental faz parte da justiça social, que os impactos das alterações climáticas são assimétricos e que os seus efeitos adversos são destrutivos para as gerações presentes e futuras, especialmente nos países em desenvolvimento; considerando que as alterações climáticas afetam intensamente os países em desenvolvimento e agravam as desigualdades sociais e económicas existentes, fazendo com que os grupos vulneráveis sejam desproporcionalmente afetados pelos seus efeitos adversos;
- Considerando que as alterações climáticas são um fator cada vez mais importante para a deslocação e a migração, tanto no interior das nações como através das fronteiras internacionais;
- Considerando que as alterações climáticas podem inverter o desenvolvimento humano através da redução da produtividade agrícola, do aumento da insegurança em termos de disponibilidade de alimentos e água e do aumento da exposição a catástrofes naturais extremas, causando o colapso dos ecossistemas e aumentando os riscos para a saúde;
- Considerando que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), se prevê que, a partir de 2030, as alterações climáticas contribuam para cerca de 250 000 mortes adicionais por ano devido a má nutrição, malária, diarreia e stress térmico; considerando que, segundo o Programa Alimentar Mundial, os choques climáticos são um dos três principais fatores de insegurança alimentar em todo o mundo; considerando que em 2019 perto de 750 milhões de pessoas – quase uma em cada dez pessoas no mundo – estiveram expostas a graves níveis de insegurança alimentar;
- Considerando que a crise climática amplifica as desigualdades de género, uma vez que os fenómenos meteorológicos extremos, as catástrofes naturais e a degradação ambiental a longo prazo ameaçam as habitações, os meios de subsistência e as infraestruturas e redes sociais comunitárias, com impactos desproporcionados nas mulheres e nas raparigas, incluindo o aumento da prestação de cuidados e do trabalho doméstico não remunerados das mulheres, uma maior prevalência da violência de género e a marginalização da educação, da participação e da liderança das mulheres.

Lista não exaustiva de disposições previstas nesta Resolução.

[Consulte a resolução na íntegra Aqui.](#)

Conteúdos de referência Internacional

Relatório do IPCC prova “o fracasso da liderança global sobre o clima”



Imagem com DR

Cientistas do Painel Intergovernamental da ONU sobre Mudança Climática afirmam que aquecimento global está a causar danos irreversíveis à natureza.

Secretário-geral António Guterres declara que estudo é um “atlas do sofrimento humano” e prevê catástrofe com aumento das emissões de poluentes.

Um relatório lançado, esta segunda-feira, pelo Painel Intergovernamental da ONU sobre Mudança Climática, IPCC, mostra que “o colapso do ecossistema, a extinção de espécies, ondas de calor fatais e enchentes estão entre os perigos inevitáveis” que o mundo enfrentará nos próximos 20 anos devido ao aquecimento global.

O presidente do IPCC, Hoesung Lee, declarou que o Relatório emite um alerta sobre “as consequências da falta de ação”, mostrando como a mudança climática já está afetando bilhões de vidas pelo mundo. Este é o segundo de uma série de três documentos do tipo produzidos pelos cientistas da ONU especializados em clima.

Derrota para a mudança climática

O Relatório é lançado cerca de 100 dias depois da COP26, quando os líderes mundiais se reuniram em Glasgow, na Escócia, e concordaram em aumentar as ações para limitar o aquecimento global a 1.5° Celsius e assim, evitar os piores impactos da mudança climática.

O Secretário-geral da ONU declarou que o novo relatório do IPCC traz evidências “nunca vistas”, revelando como as pessoas e o planeta estão sendo derrotados pela mudança climática”.

António Guterres afirmou que o “relatório do IPCC é um atlas do sofrimento humano e uma prova do fracasso da liderança sobre o clima”.

Segundo ele, quase metade da humanidade encontra-se a viver na zona de perigo e “muitos ecossistemas já estão agora num ponto sem retorno”.

Apelo ao fim dos combustíveis fósseis

O chefe da ONU explicou que a poluição por dióxido de carbono está a lançar as pessoas mais vulneráveis do mundo para a destruição. Lembrou que é essencial limitar as emissões de gases em 45% até 2030 e atingir emissões zero até 2050.

António Guterres explicou que com os acordos atuais, as emissões globais poderão subir quase 14% na próxima década, o que será uma “catástrofe, destruindo qualquer possibilidade de manter viva a meta de 1.5° C”.

O Secretário-geral destacou, ainda, que o relatório do IPCC mostra como “carvão e outros combustíveis fósseis estão engolindo a humanidade”.

Pede aos países do G-20, que inclui o Brasil, para deixarem de financiar o carvão e dirigiu um apelo direto às empresas gigantes de gás e de petróleo: “Vocês não podem afirmar serem ‘verdes’ quando os seus planos e projetos minam o acordo para emissões zero até 2050 e enquanto ignoram precisam ocorrer que grandes cortes de emissões nesta década”.

Mais investimentos em adaptação

António Guterres lembrou que este é o momento de acelerar a “transição para energias renováveis”, afirmando que os combustíveis fósseis “são o fim da linha para o planeta, a humanidade e para as economias”.

O relatório do IPCC traz ainda novidades sobre investimentos no setor da adaptação climática. Guterres quer que 50% de todo o financiamento para o clima seja usado na adaptação, mencionando obstáculos para que países insulares e nações menos desenvolvidas consigam o dinheiro necessário para salvar vidas e meios de subsistência.

O chefe da ONU acredita que atrasos “significam mortes” e mencionou que as pessoas em todo o mundo, incluindo ele próprio, estão “ansiosas e irritadas” e por isso o momento é de ação.

O estudo do IPCC mostra que o aumento das ondas de calor, das secas e das enchentes “já está ultrapassando a capacidade de tolerância das plantas e dos animais”, causando mortalidade em massa em várias espécies de árvores e de corais.

Pessoas na África, na Ásia e na América do Sul já foram expostas à falta d’água e à insegurança alimentar. Para evitar mais perdas de vida e de biodiversidade, é essencial acelerar ações de adaptação à mudança climática e cortar, rapidamente, as emissões de gases de efeito estufa.

Ecosistemas resilientes

Segundo os cientistas do IPCC, ecossistemas saudáveis são mais resilientes à mudança climática e conseguem fornecer água potável e alimentos. Por isso, restaurar a degradação e conservar de 30% a 50% das terras do planeta, habitats oceânicos e água doce ajudam a capacidade da natureza em absorver e armazenar carbono.

O relatório mostra que governos, setor privado e sociedade civil precisam cooperar para combater todos esses desafios, incluindo uso insustentável de recursos naturais, desigualdades sociais e aumento da urbanização, já que a mudança climática interage com essas tendências globais.

Ao mesmo tempo, o IPCC nota que as cidades fornecem oportunidades para ação climática, com “edifícios verdes, fontes seguras de água

potável, energias renováveis e transportes sustentáveis”, o que poderá criar sociedades mais justas e inclusivas.

O vice-presidente do Grupo de Trabalho II do IPCC, que produziu o relatório, Hans-Otto Portner, afirmou que “a evidência científica é inequívoca: a mudança climática ameaça o bem-estar humano e a saúde do planeta”.

Segundo ele, “qualquer atraso para garantir ação global resultará na perda de uma janela que já está se fechando rapidamente para garantir um futuro habitável”.

Fonte: ONU News - Perspectiva Global Reportagens Humanas

[Saiba mais Aqui.](#)



ETUI

Reflexão - Conciliar os ritmos das alterações climáticas com as alterações políticas



Imagem com DR

Um dos aspetos mais marcantes da discussão sobre a questão climática, seria o contraste cada vez mais gritante entre as mudanças climáticas e o ritmo que a política tem se movido para enfrentá-las.

A frequência dos fenómenos climáticos – em especial os fenómenos climáticos extremos – pode ser designada por «ritmo climático», ao passo que a intensidade das alterações políticas substanciais para combater as alterações climáticas pode ser designada por «ritmo político».

Estes dois ritmos raramente se moveram a uma velocidade semelhante. Vários autores têm apontado que três décadas de esforços políticos e alertas científicos não conseguiram reduzir as emissões de CO2.

Pelo contrário, o mundo assistiu a um aumento de 60% do CO2 desde 1990. No entanto, nunca houve tanta discrepância entre o ritmo das alterações climáticas e o da política como no ano passado.

Em 2021, o ritmo climático acelerou consideravelmente num período de tempo muito curto, de apenas alguns meses, com os efeitos adversos mais significativos a serem sentidos à escala regional, sob a forma de inundações, tempestades e secas cada vez mais frequentes.

Na Europa, começámos o ano com quedas de neve nunca antes vistas em Madrid, seguidas por inundações catastróficas, em junho, no oeste da Bélgica e na Alemanha. O verão também foi caracterizado por temperaturas extremas de mais de 45 graus no sul da Europa (Grécia), acompanhadas por incêndios florestais devastadores.

O ritmo político, entretanto, continuou a sua lenta progressão, antecipando prazos a anos de distância.

A cimeira COP26, realizada em Glasgow em novembro, reconheceu a importância de reduzir as emissões globais em 45% até 2030 (em comparação com os níveis de 2010), ao mesmo tempo que apelou a que a neutralidade carbónica seja alcançada por volta de 2050.

Durante demasiados anos, as políticas relacionadas com o clima não acompanharam o ritmo das alterações climáticas.

Garantir que estes dois ritmos estão em sincronia deve ser uma prioridade para todos os decisores políticos em 2022.

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS.

ETUI

[Aceda à versão original Aqui.](#)

Guerra de Putin redefine a segurança global, a transição verde e o futuro da UE



Imagem com DR

Seja qual for o resultado da guerra de Putin contra a Ucrânia, o dia 24 de fevereiro de 2022 será um divisor de águas para a geo-política e os esforços globais para enfrentar a emergência socio-ecológica. A invasão

e as sanções do Ocidente contra a Rússia tiveram repercussões imediatas na urgente transição energética mundial.

Resta a pergunta: será que esta guerra irá descarrilar ou acelerar os esforços para avançar para uma economia global neutra em carbono a longo prazo?

Uma das primeiras vítimas da guerra na Ucrânia foi o Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas da ONU. Quatro dias após o início da invasão, o lançamento da segunda parte do relatório climático – com foco nos impactos, vulnerabilidades e adaptação das mudanças climáticas – recebeu menos atenção da comunicação social do que o esperado.

Um terceiro relatório, publicado a 4 de abril, não não foi muito profícuo em matéria de atenuação das alterações climáticas.

O facto de estes relatórios do PIAC receberem menos atenção mediática é especialmente lamentável, uma vez que os principais impulsionadores do ataque de Putin à Ucrânia (e, indiretamente, à União Europeia) têm muito a ver, não só com os velhos sonhos do Kremlin de um regresso ao seu passado Império Soviético, mas também com os desafios a longo prazo da Rússia em termos de domínio energético (devido aos debates da COP26 sobre uma futura eliminação progressiva da economia dos combustíveis fósseis) e a disponibilidade de recursos (lítio, titânio, grãos e milho, água doce para o Krim).

Outro grande perdedor desta nova guerra é a recuperação económica após o abrandamento final da pandemia de covid. Os preços da energia e a inflação resultante, que já eram altos antes da guerra e tinham alguns economistas prevendo uma recessão económica significativa, foram balísticos, tendo os líderes políticos lutado com políticas heterodoxas para manter os preços sob controle relativo e evitar convulsões sociais e desastre económico.

Para dar sentido a estes desenvolvimentos, os investigadores da ETUI Béla Galgóczi e Paolo Tomassetti escreveram um artigo abrangente e perspicaz sobre as causas e implicações da guerra na Ucrânia para a transição energética da UE.

Todas as guerras também têm grandes vencedores, e a indústria de defesa e armamento (o "complexo militar-industrial") estará certamente do lado vencedor, seja qual for o desfecho final da guerra. O debate sobre o futuro da União Europeia terá uma dimensão militar de defesa substancial nos próximos anos.

Em conclusão, resta saber se a Europa pode equilibrar a necessidade de uma União da Defesa mais robusta e unificada com as políticas urgentes necessárias para libertar as suas economias da dependência dos combustíveis fósseis e dos materiais críticos.

Não precisa a Europa de um enquadramento mais amplo da segurança e do bem-estar económico, ecológico e social?

Tradução da responsabilidade do Dep. ADS

[Aceda à versão original Aqui.](#)

Relatório da ONU aponta recorde de emissões de gases de efeito estufa BR



Imagem com DR

Comparação entre duas décadas mostra desaceleração de 0,8%, mas montante não foi suficiente para conter disparada; [ipcc adverte](#) que manter emissões pode levar a aquecimento global médio de 3,2 °C até 2100, mais que o dobro da meta prevista no Acordo de Paris; secretário-geral ressalta que mundo está a passos rápidos para desastre climático.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, Ipcc, lançou um [novo relatório](#) revelando que as emissões globais médias de gases de efeito estufa atingiram os níveis mais altos da história. No entanto, a taxa de crescimento diminuiu para 1,3% na década até 2019, dos 2,1% da década anterior.

A sexta edição da publicação, lançada esta segunda-feira enfatiza que é preciso que as emissões líquidas sejam nulas para conter o aumento da temperatura. Cerca de 24 países baixaram as emissões de CO₂ por mais de 10 anos.

Promessas

Em mensagem apresentada no lançamento do informe, o Secretário-geral António Guterres disse que o relatório do Ipcc é uma longa enumeração de promessas climáticas não cumpridas.

Para o chefe da ONU, trata-se de um arquivo da vergonha, catalogando promessas vazias que colocam o mundo firmemente no caminho para uma realidade inabitável. Guterres alertou sobre o caminho rápido para o desastre climático, com principais cidades a estarem debaixo de água, ondas de calor sem precedentes, tempestades aterrorizantes, falta de água generalizada e a extinção de 1 milhão de espécies de plantas e animais.

O IPCC adverte que não será possível limitar o aquecimento global a 1,5°C se não houver reduções imediatas e profundas de emissões em todos os setores.

O documento destaca haver evidências crescentes de ação climática, que desde 2010 provocaram reduções sustentadas de até 85% nos custos de energia solar, eólica e baterias.

Desmatamento

Os cientistas argumentam que a série de novas políticas e leis melhorou a eficiência energética, reduziu as taxas de desmatamento e acelerou a implantação de energia renovável.

O chefe da ONU ressalta que se deve parar de incendiar o planeta e começar a investir na abundante energia verde ao redor do mundo. Para ele, a prioridade deve ser triplicar a velocidade da mudança para matrizes limpas.

O relatório do IPCC explica que a média anual de emissões dos gases de efeito estufa na década em análise esteve acima do que em qualquer década anterior, mas a taxa de crescimento foi menor do que entre 2000 e 2009.

ODS

A previsão é que as emissões globais de gases de efeito estufa atinjam o pico entre 2020 e o mais tardar antes de 2025 em modelos que limitam o aquecimento a 1,5°C ou 2°C.

Para ambos os caminhos são recomendadas reduções rápidas e profundas de emissões ao longo das décadas entre 2030 e 2050.

Se não houver um reforço de políticas, além das que foram sendo implementadas até o final de 2020, as emissões devem aumentar além de 2025. A situação causará um aquecimento global médio de 3,2 °C até 2100.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas considera essencial que haja uma ação climática célere e justa na mitigação e adaptação aos impactos das mudanças climáticas em favor do desenvolvimento sustentável. As ações de mudança climática também podem resultar em alguns compromissos.

De acordo com o IPCC, as compensações das opções em cada realidade podem ser geridas por meio do desenho de políticas.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ODS, da Agenda 2030 pode servir de base para avaliar a ação climática no contexto do desenvolvimento sustentável.

Aquecimento

O documento defende ainda algumas opções de mitigação viáveis que podem ser aplicadas no curto prazo, podendo ser ajustadas de acordo com setores, regiões, capacidades, velocidade e escala de implementação.

Outra recomendação é que sejam removidas barreiras à viabilidade e fortalecidas condições de habilitação para implantar opções de mitigação em escala contra obstáculos como fatores geofísicos, ambientais-ecológicos, tecnológicos, econômicos, e especialmente institucionais e socioculturais.

O relatório defende que sejam reforçadas ações de curto prazo além das contribuições nacionalmente determinadas antes da realização da recente Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, COP26.

Esse impulso poderia reduzir ou até evitar desafios de viabilidade de longo prazo do cenário global que limita o aquecimento a 1,5°C.

União Europeia e Estados Unidos

Entre 2010 e 2015, a análise destaca que 43 dos 166 países alcançaram uma dissociação absoluta das emissões de CO2 baseadas no consumo do crescimento econômico, o que significa que esses países experimentaram um crescimento do Produto Interno Bruto, PIB, enquanto suas emissões se estabilizaram ou diminuíram.

Há casos de economias desenvolvidas, como algumas da União Europeia e os Estados Unidos, e algumas em desenvolvimento, como Cuba, que conseguiram uma dissociação absoluta das emissões baseadas no consumo e crescimento do PIB.

O IPCC ressalta que esse resultado foi alcançado em vários níveis de renda e emissões individual, mas no geral, a redução absoluta nas emissões anuais foi superada pelo crescimento das emissões em outras partes do mundo.

O estudo defende ainda que se as emissões globais de CO2 continuarem altas taxas, o balanço global orçamento de carbono para manter o aquecimento em 1,5°C provavelmente se esgotará antes de 2030.

Fonte: [ONU News](#) - Perspectiva Global Reportagens Humanas

NOTÍCIAS NACIONAIS

Lançamento do apoio à renovação e aumento do desempenho energético dos edifícios de serviços



Imagem com DR

O compromisso com a neutralidade carbónica por parte do Fundo do Ambiente procura a descarbonização da economia portuguesa. Alcançar este objetivo implica atuar em toda a economia nacional.

Perante o objetivo macro de um Portugal neutro em carbono em 2050, o Fundo Ambiente tem vindo a apoiar iniciativas e projetos de características inovadoras, que promovam a transição para uma economia de baixo carbono, que confirmam resiliência e reforcem a

capacidade de adaptação, que estimulem a criação de conhecimento, e que sobretudo constituam verdadeiros instrumentos de envolvimento e mobilização da sociedade para os desafios das alterações climáticas.

Deste modo foi lançado, no dia 28 de fevereiro, o **Aviso para Apoio à Renovação e Aumento do Desempenho Energético dos Edifícios de Serviços**, que se enquadra no Plano de Recuperação e Resiliência e envolve uma dotação de 20 milhões de euros. Os beneficiários deste aviso são pessoas coletivas e singulares que sejam proprietárias de edifícios de comércio e serviços do setor privado e que exercem atividade comercial nesses edifícios.

As tipologias das soluções passíveis de financiamento no âmbito deste Aviso são:

1. Tipologia 1: Envolvente opaca e envidraçada
2. Tipologia 2: Intervenção em sistemas técnicos;
3. Tipologia 3: Produção de energia com base em fontes de energia renováveis (FER) para autoconsumo;
4. Tipologia 4: Eficiência hídrica;
5. Tipologia 5: Ações imateriais

A receção de candidaturas decorre até às 18:00 h do dia 29 de julho de 2022 ou até à data em que se esgotar a dotação prevista.

[Saiba mais Aqui.](#)

Publicação com o Apoio de:



[View this email in your browser](#)

newsletter If you do not wish to receive any more emails, you can [unsubscribe here](#).

This message was sent to by
mari

 [Unsubscribe](#) | [Manage Subscription](#) | [Forward Email](#) | [Report Abuse](#)

